

A formação do Jornalista

05/05/2005

Wellington Pereira*

Resumo: este texto tem como principal objetivo discutir proposições para a construção de um projeto pedagógico para o Curso de Jornalismo. Neste aspecto, procuramos resgatar a autonomia do campo jornalístico em relação ao campo da Comunicação Social.

Palavras-chaves: jornalismo, pedagogia, sociologia, estética, ética, estética epistemologia.

Ensinar Jornalismo, com raríssimas exceções, significa demarcar fronteiras entre as práticas laboratoriais e as teorias que auxiliam os professores na coleta de informações, na construção de gêneros informativos e opinativos, na forma das mensagens, e, sobretudo, não processo de difusão das mensagens.

Na sala de aula dos Cursos de Jornalismo, ainda permanece a dicotomia: saber teórico versus saber instrumental. Isto faz com que as razões pedagógicas se diluam em processos que impossibilitam a compreensão do ensino de Jornalismo como algo plural, holístico, no sentido sociológico.

As discrepâncias entre o processo pedagógico e a execução das atividades jornalísticas, em sala de aula, são flagrantes, perceptíveis em quaisquer níveis. Por isto, a dificuldade estar em exercitar o ensino de Jornalismo dentro de uma prática pedagógica que não se restrinja ao repasse de técnicas para a construção, difusão e, se permitido, formatação das informações, de acordo com as características das novas mídias.

O projeto pedagógico de um Curso de Jornalismo deve procurar ampliar suas fronteiras semânticas para evitar que o conjunto de disciplinas teóricas não seja reduzido a exercícios práticos, e as disciplinas laboratoriais neguem a importância dos métodos.

No projeto pedagógico, o primeiro desafio é verificar: 1) Como se define o campo Jornalístico; 2) Quais as teorias que se aplicam a este campo; 3) Qual a relação entre o ensino de Jornalismo e um projeto-político-pedagógico.

I. As dimensões do Campo Jornalístico em sala de aula.

A noção de campo deve ser, aqui, compreendida como espaço de ação de atores sociais que operam domínios específicos, embora estes se constituem através de interfaces estéticas e discursivas. Neste sentido, se faz necessário demonstrar as diferenças entre o campo da comunicação e o campo jornalístico para que se entenda a especificidade das disciplinas da habilitação em Jornalismo.

Nelson Traquina procura definir o campo jornalístico como "um conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico conhecido como informação". Mas o campo jornalístico tem se ampliado, principalmente através das formas discursivas que assumem as relações mediadas pelas tecnologias que impõem outros formatos à difusão da informação, por exemplo: o surgimento de uma categoria jornalística, o **jornalismo on-line**, a partir das configurações de linguagem da Internet.

As dimensões de um projeto pedagógicas para o ensino do Jornalismo não devem contemplar apenas os processos de construção à informação, o que envolve as teorias análogas aos gêneros jornalísticos, principalmente, a notícia.

Se o campo da comunicação pode se configurar nas estratégias de conversação ou mesmo como um espaço que abriga teorias sobre processos de recepção, funcionamento dos canais, leituras ideológicas das ações comunicacionais, no ensino de Jornalismo há uma tendência a se reduzir às práticas de interação pedagógica à produção da informação. Isto reflete dois problemas na condução do projeto político pedagógico em sala de aula: 1) a ruptura epistemológica entre as disciplinas teóricas e laboratoriais; 2) a adoção dos manuais de redação como paradigma para a construção da informação jornalística.

No caso da ruptura epistemológica entre as disciplinas teóricas e as laboratoriais, podemos perceber que as “grades curriculares” acabam reforçando um eixo disciplinar, chamado de *tronco comum*, no qual são reunidas as disciplinas consideradas de “formação” e outras na “área de teoria”. Neste território, até bem pouco, o Jornalismo era reconhecido no domínio das “práticas”, dos cursos redacionais ou de editoração gráfica, distanciando-se das razões teóricas.

O distanciamento entre as disciplinas da Habilitação em Jornalismo da maioria das “cadeiras” teóricas reproduz, na verdade, as tipologias da racionalidade, como nos explica Luiz Carlos Bombassaro, em seu livro,

As fronteiras da Epistemologia: como se produz o conhecimento:

“(…) a forma mais comum de apresentar os tipos de racionalidade é aquela que distingue entre racionalidade teórica e racionalidade prática. Por racionalidade teórica pode-se entender a condição pela qual se atribui o predicado racional aos enunciados em geral. Por racionalidade prática compreende-se a condição pela qual o homem chama racionais as ações que ele mesmo pratica. De acordo com esta perspectiva, a racionalidade dos enunciados revela-se quando, numa construção lingüística não se manifesta nenhuma contradição, o que nos leva a afirmar que são racionais enunciados que não sejam contraditórios. Por outro lado, a racionalidade prática pouco tem a ver com os enunciados. Ela diz respeito às ações humanas, à práxis”.

Esta ruptura epistemológica reforça as “dualidades” do processo racional e empobrece a aprendizagem como processo cognitivo, no qual as experiências podem ser valoradas independentemente da razão instrumental. Portanto, se pode diminuir o distanciamento entre disciplinas teóricas e práticas, fazendo com que o campo jornalístico se configure, também, em campo pedagógico. Para isto se faz necessário: b) promover a circulação do saber, evidenciando que o aprendizado das técnicas de construção do texto informativo está diretamente relacionado como a filosofia das técnicas, b) a utilização das figuras de linguagem como instrumentos de apreensão das formas discursivas do jornalismo, ampliando o nível semântico dos textos informativos e diminuindo a imposição da simples ordenação referencial dos eventos sociais.

No centro desta discussão sobre o Jornalismo enquanto campo semiótico constituído, como sujeito produtor e receptor de falas intercalados por modelos socioculturais e estéticos, está a maneira como se relacionam e disciplinas da Habilitação em Jornalismo e disciplinas de fundamentação teórica. Evidentemente, podemos verificar que um projeto educacional reflete um sistema de ensino estabelecido socialmente, como explicita Foucault:

“O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição

de um grupo doutrinário ao mesmo difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes (...)."

A ritualização da palavra, como reforço dos sistemas de ensino lineares, pode imiscuir-se nas "nomenclaturas" das disciplinas que aparecem nos programas curriculares. Este é um dos problemas que um projeto pedagógico deve procurar resolver, porque a utilização dos termos nas ementas das matérias impõe o uso de conceitos nem sempre decifráveis pelo corpo discente o que contribui para a fissura epistemológica entre teoria e prática, no caso do ensino do Jornalismo. Portanto o campo do jornalismo pode ser definido a partir de duas acepções: a) campo semântico, no qual se exercitam os domínios da produção de discursos através da interface com outros campos do saber; b) campo pedagógico, a partir do qual se constrói o conjunto de métodos que pode assegurar o ensino na imbricação do ensino das técnicas narrativas com a compreensão estética dos fatos sociais.

Assim, o projeto político pedagógico para um Curso de Jornalismo se constitui no domínio da pedagogia, na condução da informação a partir da democratização da palavra, na boa utilização de conceitos capazes de acabar com a fissura epistemológica entre teoria e prática no ensino de Jornalismo.

II. Quais as teorias que se aplicam ao campo jornalístico?

Na construção do projeto pedagógico para a Habilitação em Jornalismo, no tocante às disciplinas teóricas, os procedimentos são generalistas: são adotados matizes teóricos que pertencem a outros campos do conhecimento e são imputados ao campo jornalísticos sem criticidade. Grosso modo, o jornalismo aparece como um domínio vazio, teoricamente, que precisa do auxílio de outras formas de saber para legitimar os seus procedimentos.

Mas quais são as teorias que podem explicar os fatos jornalísticos?Aparentemente todas. Desde a pragmática às sociologias, metodologicamente, quaisquer teorias são aceitas como ferramentas para interpretar o discurso jornalístico.

O campo teórico do Jornalismo não é o mesmo da comunicação. Ele se define como um domínio de narrativas verbais e não-verbais, cuja retórica é testada a partir dos avanços tecnológicos, das inter-relações com outros meios, das formas de organização mercadológica.

Um projeto pedagógico para a Habilitação em Jornalismo deve contemplar quatro proposições metodológicas: a) Teoria do discurso jornalístico; b) Sociologia do Jornalismo; c) antropologia do Jornalismo; d) Estética do Jornalismo.

Na primeira proposição, o caminho pedagógico é a análise de como os sistemas produtores de linguagem se cruzam na elaboração de uma retórica informacional. Neste aspecto, cabe a construção de disciplinas que ajudem o aluno a apreender gêneros narrativos, mas também estratégias discursivas do jornalismo com: títulos, intertítulos, subtítulos, legendas, manchetes, no campo do verbal. No processo analógico, a construção e reconstrução da imagem podem ser estudadas a partir de disciplinas que trabalhem, especificamente, com uma semiótica do jornalismo, estudando a imagem sua riqueza e seus limites no campo da informação jornalística.

A Sociologia do Jornalismo deve ser pensada de formas mais ampla, considerando-se que pode atender a problemas de interpretação no campo jornalístico, ou seja, desde o significado das formas de organização das empresas jornalísticas até as teorias da ação política aplicadas à produção e difusão da informação.

Na antropologia do Jornalismo, os estudos orientados para a percepção das ideologias como um sistema, mas, sobretudo a utilização de uma descrição densa, próxima à etnografia, ajuda a perceber os fatos sociais de forma plural, o que fica difícil com se aprende apenas a descrever.

O ensino de uma Estética do Jornalismo pode ser contemplado em um grupo de disciplinas que sejam capazes de identificar os fenômenos sociais e suas formas. Portanto, poderia se “estudar” as relações entre as formas de anúncio e enunciação do jornalismo informativo e as categorias estéticas.

Todas estas proposições podem nos ajudar, no projeto pedagógico, a perceber a autonomia do campo jornalístico a partir da análise de sua retórica.

III. Qual a relação entre o ensino de jornalismo e um projeto político-pedagógico?

Neste caso, responder a esta questão exige o emprego da silepse, pois a concordância se faz através das idéias, ou seja, todo projeto pedagógico é político, perfazendo diferenças de aplicabilidades, demonstradas por José Luiz Braga e Regina Calazans, no livro Comunicação e Educação:

“A razão sociológica caracteriza a percepção de como as coisas são. A razão pedagógica apresenta propostas sobre como as coisas devem ser. O espaço da ação prática é aquele em que estas propostas se realizam ou não”.

Mas o exercício político na construção do projeto pedagógico se inicia com a escolha do nome das disciplinas, do estabelecimento do ementário e se legitima nas dimensões da sala de aula. Portanto, as razões pedagógicas nunca estão desprovidas de formas políticas, que não podem se transformas em exercício doutrinário ou assistencialismo. Estas questões podem ser observadas nos projetos de extensão, na condução dos seminários e no sistema de tutoria.

No projeto pedagógico para a Habilitação em Jornalismo, se faz necessário que o elenco de disciplina resgate a autonomia do campo jornalística e corrija a fissura entre as disciplinas teóricas e laboratoriais.

IV. Os procedimentos pedagógicos: a ética, a técnica e a estética no jornalismo.

No ensino de jornalismo, se faz premente não separar os campos da ética, estética e procedimentos pedagógicos.

O primeiro desafio é interpretar cada campo a partir de suas particularidades, extensões e oposições semânticas. Portanto, um dos problemas é estabelecer a diferença entre ética e moral:

“A moral é a instância primeira, ponto de referência de um conjunto de preceitos que fundamenta o ato do homem e as relações humanas, ao qual o indivíduo aceita submeter-se para poder viver em sociedade. Ela preocupa-se com o universal, o absoluto. A ética, então, fica comprometida como um conjunto de valores livremente eleitos pelo indivíduo, em função de uma finalidade por ele mesmo estabelecida e que acredita ser boa. Ela parece como subsidiária. Essa concepção recupera a diferença estabelecida pelo filósofo Paul Ricoeur entre ‘aquilo que se pensar ser bom(a ética) e aquilo que se impões como obrigatório(a moral)’. Cornu, Daniel- Ética da Informação, pp. 8-9.

Podemos consultar outro conceito para diferencial a ética da moral:

"(...) A moralidade se ocupa das virtudes da alma; a ética, das virtudes da polis. A primeira reflete filosoficamente as condições subjetivas da ação correta; a segunda, as condições objetivas. Uma toma como base a ação do indivíduo, a outra a ação da polis, do Estado, do todo social. A moralidade responde a pergunta do indivíduo isolado sobre como agir de forma moralmente correta, na busca do bem pessoal; a ética responde à pergunta dos governantes sobre como agir de forma política correta, na busca do coletivo".

As diferenciações entre ética e moral ocupam tempo e espaço em vários tratados filosóficos, estéticos e políticos. Mas, do ponto de vista do jornalismo, nos interessa verificar como a moral (aquilo que se impõe como obrigatório!) e a ética (aquilo que se pensa ser bom!) podem tornar transparente a atividade do jornalista profissional. Isto nos faz avançar para outro procedimento analítico: a diferenciação entre ética e deontologia, ou seja, a construção dos códigos deontológicos na mídia.

Como definição da deontologia no campo midiático podemos estabelecer a seguinte assertiva:

"A deontologia, no que concerne à mídia, é um conjunto de princípios estabelecidos pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população (...)"

Para sistematizar melhor as diferenciações entre ética e deontologia na mídia e no exercício profissional do jornalismo, podemos estabelecer três premissas, não importando se são maiores ou menores para efeito de um raciocínio lógico: a) a moral corresponde ao *habitus*, ao predomínio de um modelo cultural, religioso ou político; b) a ética é o respeito ao *habitus* dos diversos povos quando se encontram no espaço público; c) a deontologia se faz plural na constituição da mídia como serviço público, indústria, instância política, espaço pedagógico.

Não é fácil verificar se estas premissas são falsas ou verdadeiras. As dificuldades são de difícil decodificação, porque, como nos demonstra Stuart Hall em seu ensaio **Codificação/Decodificação**, que a mensagem não tem apenas um significado, mas há uma insistência de provocar a hegemonia do processo de informação, tendo a intenção totalitária de considerar que a informação pode ser compreendida através de uma leitura preferencial, ao afirmar:

"(...) Leitura preferencial é simplesmente um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e do controle dos meios de comunicação, então você escreve os textos - até certo ponto, a leitura preferencial tem uma forma dominante. As decodificações que você faz se dão dentro do universo da codificação. Um tenta englobar o outro. A transparência entre o momento da codificação e a decodificação é o que eu chamaria de momento de hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida. Trata-se de um tipo de sonho de poder - nenhum chuveiro na tela, apenas a audiência totalmente passiva. Ora, o problema para mim é que não creio que a mensagem tenha somente um significado. Por isso, desejo apostar em uma noção de poder e de estruturação no momento da codificação que todavia não apague todos os outros sentidos possíveis. Tudo o que quero dizer é que uma afirmação da BBC sobre a Guerra das Malvinas não é inteiramente aberta. Ela quer que você leia esta mensagem de uma forma determinada. O elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem. Assim, não se pode dizer que eles são poderosos só

porque controlam os meios de produção; eles tentam se infiltrar dentro da própria mensagem, para nos dar uma pista: "leia-me desta forma (...)".

A leitura preferencial destrói os códigos deontológicos, o exercício da ética, possível apenas nas sociedades democráticas e desmoraliza a moral. Elas se impõem nas diversas acepções dos campos midiáticos: a) a mídia como serviço público; b) a mídia como instância política; c) a mídia como indústria.

Como exemplo da quebras do código deontológico, na mídia brasileira, tivemos o caso da cobertura das Diretas, já pela Rede Globo; no âmbito da mídia como estância política.

No dia 25 de janeiro de 1984, o Jornal Nacional, principal telejornal do país em termo de audiência, exibiu para os telespectadores uma grande manifestação popular na praça da Sé, em São Paulo, como sendo uma comemoração pelo aniversário da capital paulista.

Havia, naquele momento, um descompasso entre o código deontológico da TV Globo e a ética jornalística. Pois a utilização de roupas, e gravatas na cor amarela pelos apresentadores dos telejornais da emissora denunciava que o evento era, na verdade, um grande comício pelas Diretas Já.

Neste caso, a Rede Globo não considerou que ferindo os princípios da mídia como serviço público (haja vista as TVs serem concessões públicas) estaria negando a existência de uma ética jornalística, sequer contribuindo para a proteção dos direitos coletivos, um procedimento ético, se partimos do exemplo de Eugenio Bucci:

"A ética na imprensa é, sim, a demarcação de limites para o pragmatismo, que, por si, não conhece limites; Enfrentar a discussão ética é aceitar o pressuposto de que é possível, ainda que numa perspectiva mais ou menos utópica, buscar mecanismos que protejam valores coletivamente eleitos contra uma regime do não-valor moral(...)".
Bucci, Eugênio - Sobre ética e imprensa, p.34.

Mas, n'alguns momentos históricos, a ética de imprensa se confunde com a moral, como podemos exemplificar através de dois fatos noticiados pela imprensa paraibana: a) Em 1930, uma advogado e uma professora têm a correspondência amorosa violada e publicada no jornal oficial que representava a mídia pública da Paraíba; Eles se chamavam João Dantas e Anayde Beiriz. Este é apenas um dos exemplos de como a moral e a ética se confundem no jogo das manipulações ideológicas.

Mas esta confusão entre ética e moral é um fenômeno que se estabelece em nível mundial. Vejamos: a) na França a imprensa não difundiu o escândalo do financiamento de campanhas eleitorais nos anos 80; deixou a extrema-direita explorar a idéia que o a "débâcle" econômica era culpa dos imigrantes africanos, árabes e latinos; b) durante os quatro anos que os Khmers vermelhos estiveram no poder no Camboja mataram mais de um milhão de habitantes. Nesse período, o canal ABC consagrou a esse país 12 minutos, NBC 18 e CBS 29 minutos; c) o apresentador do principal telejornal francês, TFI 20H, montou uma entrevista coletiva com Fidel Castro como tivesse sido concedida, exclusivamente, à emissora francesa.

Os exemplos supracitados nos remetem ora a problemas éticos, ora a problemas deontológicos, no tocante à difusão das informações. Neste caso, há também a transformação de fatos negativos em positivos, pela ótica da "noticiabilidade" ou mesmo da teoria do Gatekeeper (ação pessoa do jornalista sobre os fatos), quando há interesse em manipular a informação.

Um código deontológico, visto como um conjunto de regras para o exercício ético da profissão de jornalista não deve prescindir de processos pedagógicos que podem se alternar, na formação das novas gerações de jornalistas com o estudo das categorias estéticas.

Para os estudantes de Jornalismo, é de fundamental importância pensar na relação entre a ética, a estética e a técnica (esta superior a idéia de ofício e próxima às formas estéticas). Por que: a primeira se perde quando não se aplica na valorização do espaço público; a segunda é a forma de apresentar a polifonia dos imaginários sociais. E as técnicas dependem da ética e da estética.

Depois destas considerações, podemos perguntar: é possível um jornalismo ético? E responder: sim. No momento em que a imprensa não seja apenas um canal de negociação do espaço público.

TRAQUINA Nelson - O estudo do jornalismo no século XX, São Leopoldo, RS, Editora da Unisinos, 2001, p.20.
BOMBASSARO, Luiz Carlos - As fronteiras da Epistemologia - como se produz o conhecimento, Petrópolis, RJ, Vozes, 2° Edição, 1992.
VER – LANDOWSKI, Eric - A sociedade refletida, São Paulo, EDUC-Pontes, 1992. O capítulo que trata de uma semiótica do cotidiano, p. 117.
FOUCAULT, Michel - A ordem do discurso, tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio, 7) edição, São Paulo, Edições Loyola, 2001.
GEETZ, Clifford - A interpretação das Culturas, Rio de Janeiro, RJ, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.1989. Capítulo I, p. 13.
BRAGA, José Luiz e CALAZANS, Maria Regina Zamith- Comunicação e Educação- questões delicadas na interface - São Paulo, Hacker, 2001.
FREITAG, Bárbara- Itinerários de Antígona- a questão da moralidade. Campinas (SP): Papirus, 1992; p.27.
BERTRAND, Claude Jean - A deontologia das mídias - Bauru: Edusc, 1999, p.14.
HALL, Stuart – Reflexões sobre o modelo de Codificação/Decodificação in: Da diáspora - identidades e mediações culturais - Liv Sovik (organizadora). Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003, página, 366.
Idem, p.366.
BERTRAND, Jean-Claude - A deontologia das mídias, p. 14
BERTRAND;

***Wellington Pereira** é professor de Jornalismo do Curso de Comunicação Social da UFPB. Doutor em Sociologia pela Université Paris V, Sorbonne, França.